

Título	Distorções climáticas
Veículo	O Estado de S. Paulo
Data	06 janeiro 2015
Autores	Claudio J. D. Sales e Alexandre Uhlig

O ESTADO DE S. PAULO



Opinião

Distorções climáticas

CLAUDIO J. D. SALES
E ALEXANDRE UHLIG**

Terminou no Peru mais uma Conferência das Partes, a COP-20, que reuniu países das Nações Unidas para discutir um acordo global de redução de gases de efeito estufa (GEEs).

Esse acordo é necessário em virtude das previsões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), que concluiu que a temperatura média da superfície terrestre subirá entre 0,3°C e 4,8°C neste século.

O IPCC sustenta que o aquecimento global é irreversível, mas que pode ser reduzido se as emissões de GEEs forem controladas. Nesse sentido, propõe-se um pacto mundial até o final de 2015, para limitar o aumento da temperatura global em até 2,0°C.

O Brasil, independentemente de obrigações, tem reduzido vigorosamente suas emissões de GEEs desde 2004. As emissões totais em 2012 representaram 50% das emissões de 2004. Esse esforço ocorreu principalmente na redução do desmatamento. Ainda assim, nosso país é o sexto maior emissor de GEEs. Cabe, portanto, manter os esforços.

Antes, porém, de tomar decisões que prejudiquem a competitividade do País, é preciso identificar onde estão os maiores potenciais de redução. O Brasil emitiu, em 2012, 1,2 bilhão de

toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e), e os setores mais poluentes foram: agropecuária (37,1%), energia (37,1%) e florestas (14,6%). Esses números, entretanto, precisam ser analisados com atenção.

Na agropecuária, mais da metade das emissões decorre da criação de bovinos. Em energia, além da geração de eletricidade, que representa 4,3% das emissões totais, soma-se, entre outras, a energia consumida nos setores de transportes e indústria, com 11% e 6,8%, respectivamente.

Em florestas, a análise é mais complexa. As emissões que constam das estimativas (175,7 milhões de tCO₂e) são líquidas, resultantes das emissões brutas de 460,5 milhões de tCO₂e – decorrentes dos desmatamentos ilegais – descontadas das remoções de GEEs relativas às unidades de conservação. As emissões das florestas, portanto, são maiores que as da agropecuária (446,4 milhões de tCO₂e) e da energia (446,1 milhões de tCO₂e).

Com os números, fica mais fácil de definir onde preferencialmente se deve reduzir as emissões de GEEs. O combate ao desmatamento ilegal ainda é a atividade com maior potencial de redução, seguido pelo manejo dos rebanhos de gado e pela redução do consumo de combustíveis fósseis nos transportes e na indústria.

O Brasil tem uma das matrizes elétricas mais renováveis no mundo. Em 2013, 78% da eletricidade foi produzida por fontes como hidráulica, eólica ou biomassa, apesar do acionamento

pleno do parque termoeletrico no período. Nos últimos quatro anos, 75% da energia vendida em leilões foi proveniente de fontes renováveis, o que significa que até 2030 manteremos o mesmo padrão na nossa matriz elétrica. Isso explica a baixa participação do setor elétrico no total de GEEs que o País produz.

A termoeletricidade em nossa matriz elétrica é indispensável para assegurar o abastecimento. Enganam-se os grupos de pressão que acreditam que a simples ampliação da oferta de energia proveniente de fontes como solar e eólica atenderia à demanda de eletricidade sem riscos de desabastecimento.

A sociedade precisa cobrar a redução da emissão de GEEs nos setores que mais emitem e nos quais o esforço de redução seja menos custoso para a própria sociedade.

Este não é o caso do setor elétrico. É o caso, por exemplo, do setor de transportes, que emite muito mais que o elétrico, que tem gasolina subsidiada, que tem o etanol (menos poluente) desestimulado e uma indústria que nem sequer é cobrada por motores mais eficientes.

Tamanha incoerência tem de ser eliminada para o Brasil se tornar menos emissor de GEEs e mais competitivo enquanto nação.

SÃO, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE
E DIRETOR DE SUSTENTABILIDADE DO
INSTITUTO ACENDE BRASIL**

Terminou no Peru mais uma Conferência das Partes, a COP-20, que reuniu países das Nações Unidas para discutir um acordo global de redução de gases de efeito estufa (GEEs).

Esse acordo é necessário em virtude das previsões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), que concluiu que a temperatura média da superfície terrestre subirá entre 0,3°C e 4,8°C neste século.

O IPCC sustenta que o aquecimento global é irreversível, mas que pode ser reduzido se as emissões de GEEs forem controladas. Nesse sentido, propõe-se um pacto mundial até o final de 2015, para limitar o aumento da temperatura global em até 2,0°C.

O Brasil, independentemente de obrigações, tem reduzido vigorosamente suas emissões de GEEs desde 2004. As emissões totais em 2012 representaram 50% das emissões de 2004. Esse esforço ocorreu principalmente na redução do desmatamento. Ainda assim, nosso país é o sexto maior emissor de GEEs. Cabe, portanto, manter os esforços.

Antes, porém, de tomar decisões que prejudiquem a competitividade do País, é preciso identificar onde estão os maiores potenciais de redução. O Brasil emitiu, em 2012, 1,2 bilhão de toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e), e os setores mais poluentes foram: agropecuária (37,1%), energia (37,1%) e florestas (14,6%). Esses números, entretanto, precisam ser analisados com atenção.

Na agropecuária, mais da metade das emissões decorre da criação de bovinos. Em energia, além da geração de eletricidade, que representa 4,3% das emissões totais, soma-se, entre outras, a energia consumida nos setores de transportes e indústria, com 11% e 6,8%, respectivamente.

Em florestas, a análise é mais complexa. As emissões que constam das estimativas (175,7 milhões de tCO₂e) são líquidas, resultantes das emissões brutas de 460,5 milhões de tCO₂e - decorrentes dos desmatamentos ilegais - descontadas das remoções de GEEs relativas às unidades de conservação. As emissões das florestas, portanto, são maiores que as da agropecuária (446,4 milhões de tCO₂e) e da energia (446,1 milhões de tCO₂e).

Com os números, fica mais fácil de definir onde preferencialmente se deve reduzir as emissões de GEEs. O combate ao desmatamento ilegal ainda é a atividade com maior potencial de redução, seguido pelo manejo dos rebanhos de gado e pela redução do consumo de combustíveis fósseis nos transportes e na indústria.

O Brasil tem uma das matrizes elétricas mais renováveis no mundo. Em 2013, 78% da eletricidade foi produzida por fontes como hidráulica, eólica ou biomassa, apesar do acionamento pleno do parque termoeletrico no período. Nos últimos quatro anos, 75% da energia vendida em leilões foi proveniente de fontes renováveis, o que significa que até 2030 manteremos o mesmo padrão na nossa matriz elétrica. Isso explica a baixa participação do setor elétrico no total de GEEs que o País produz.

A termoeletricidade em nossa matriz elétrica é indispensável para assegurar o abastecimento. Enganam-se os grupos de pressão que acreditam que a simples ampliação da oferta de energia proveniente de fontes como solar e eólica atenderia à demanda de eletricidade sem riscos de desabastecimento.

A sociedade precisa cobrar a redução da emissão de GEEs nos setores que mais emitem e nos quais o esforço de redução seja menos custoso para a própria sociedade.

Este não é o caso do setor elétrico. É o caso, por exemplo, do setor de transportes, que emite muito mais que o elétrico, que tem gasolina subsidiada, que tem o etanol (menos poluente) desestimulado e uma indústria que nem sequer é cobrada por motores mais eficientes.

Tamanha incoerência tem de ser eliminada para o Brasil se tornar menos emissor de GEEs e mais competitivo enquanto nação.

Claudio J. D. Sales e Alexandre Uhlig são presidente e diretor de Sustentabilidade do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)